

-----ATA N.º 5/2015 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
FERREIRA DO ZÊZERE AOS QUATRO  
DIAS DO MÊS DEZEMBRO DE 2015 -----**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Isabel do Rosário Baptista, com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**
- 2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 25 de setembro de 2015. -**
- 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

- 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

- 1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**
- 2.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para**

reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, sita em Lameiras, freguesia de Igreja nova do Sobral, requerida por Carlos Freire Domingues, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

**3.-** Apreciação e votação da proposta de alteração do regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho. -----

**4.-** Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2016, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**5.-** Apreciação e votação das Grandes Opções do plano e Orçamento para 2016, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --

**6.-** Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

**Presenças:** Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência da eleita local Catarina Martins que foi substituída pela cidadã Isabel Maria Serra Costa Mendes. O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal chegou um pouco atrasado tendo sido ocupado o lugar vago na mesa pela eleita local Carla Sofia Godinho Graça. O Cidadão José Marques Nunes tomou posse na sequência da renúncia de mandato do eleito local Aurélio da Conceição Nunes. -----

**A Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr. Hélio

Duarte da Silva Ferreira Antunes, Dr. António Vicente Martins. -----

**Abertura da Sessão:** Eram vinte e uma horas e dez minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal e público em geral. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

O eleito local Bruno Gomes interveio deixando um palavra de apreço a todas as pessoas envolvidas na feitura da obra da Igreja Nova. Esteve na inauguração da estátua de José Martinho e parece-lhe que é algo que o Sr. José Martinho merece, por todo o legado que deixou. Deu os parabéns a todos e também à Câmara Municipal por apoiar aquela iniciativa desde o primeiro momento.-----

**2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 25 de setembro de 2015.** -

O eleito local Eduardo Mendes solicitou a correção de um erro. -----  
Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata por unanimidade. -----

**3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

O eleito local Bruno Gomes, no uso da palavra, começou por dizer que os maus cheiros continuam pelo que o problema ainda não está resolvido. Em seguida informou que Tomar aprovou a redução do IMI, corrigindo assim o que ali foi dito pelo senhor Presidente. Agradeceu a toda a organização do Trail do Zêzere assim como à Câmara Municipal, pois foi um evento que trouxe muitas pessoas a Ferreira do Zêzere. -----

O eleito local Eduardo Mendes começou por agradecer à Mesa da Assembleia o facto de ter disponibilizado atempadamente, por via eletrónica, a correspondência, o que lhe permitiu ter em mão, durante cerca de um mês, o orçamento que vão discutir nesta Assembleia. Em seguida informou que se realizou mais uma reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, onde foi aprovado o plano de atividades e orçamento para o próximo ano. Sabendo que cada vez mais os grandes projetos financiados passam pela CIMT lembrou que enviou para a Assembleia Municipal e, posteriormente esta enviou a todos, via mail, a documentação relativa a essa reunião. Chamou especial atenção para a questão das Unidades Móveis de Saúde e para o Transporte a Pedido. São documentos um pouco densos mas que podem dar uma imagem do que se está a fazer e do que propõem que se faça, nos próximos tempos, na CIMT.-----

O Presidente da Câmara Municipal em relação à estátua de José Martinho referiu que a Câmara não podia ficar alheada de uma iniciativa daquelas, porque têm obrigação de reconhecer aqueles que trabalham, de forma desinteressada, em prol das suas terras. Em relação à Biocompost, esta tem a sua atividade encerrada, na parte que se desconfia que cria os maus cheiros, por ordem do Presidente da Câmara, há mais de uma semana. Não tem tido reporte de maus cheiros, mas se lhe estão a dizer que ainda há, acredita. A Biocompost tem já comprado todos os equipamentos que julga que vão resolver o problema. Os maus cheiro preocupam-no, mas preocupava-o mais, que dentro dos maus cheiros, estivesse disfarçado algum produto químico, sendo o seu principal medo a existência de amoníaco. Os testes apresentados mostram que não tem amoníaco. Sendo só mau cheiro, não é bom, mas é um mal menor. É bom para todos que as coisas corram bem, pois são postos de trabalho de ferreirenses. Em relação ao IMI, o seu valor vai baixar para o

ano que vem, em Ferreira do Zêzere por via da alteração do zonamento. Não terem aprovado os escalões pelo número de filhos não foi teimosia sua. Na altura em que o assunto estava em cima da mesa, não tinham ainda dados fundamentados para saber quanto é que aquilo custava. Quando aprovam medidas têm que saber qual é o impacto. O prazo para aprovar o orçamento é 30 de outubro e ainda não tinham o quadro enviado pelo Governo. Agora que já possuem o quadro já estão disponíveis para, no ano que vem, discutir o assunto, ficando claro que o corte que vão ter vai ser muito superior e muito mais transversal do que aquelas medidas relacionadas com o número de filhos. Em relação ao Trail, está a Câmara de parabéns, está o CAFZ de parabéns e estão os ferreirenses de parabéns porque, esteve muita gente em Ferreira e, com certeza que irão regressar. É uma grande prova desportiva que se realiza no concelho, assim como o Mundial de Wakeboard. A Câmara apoiará sempre este tipo de iniciativas dentro das suas possibilidades. O Transporte a Pedido é algo que já arrancou, com um projeto-piloto em Mação. Foi um sucesso inicialmente, depois teve uma quebra, mas já foi reestruturado, readaptado à realidade e está a ser um sucesso face às necessidades reais. Em Ferreira do Zêzere irão ter, talvez em 2017, algo semelhante ao que existe em Mação. Outra grande vantagem que esta rede de transportes também terá é o facto de poderem aproveitar a passagem da gestão dos transportes, no concelho de Ferreira do Zêzere, para a Câmara Municipal ou para a CIMT, podendo a Câmara assumir algumas linhas como públicas. Relativamente à Carta Escolar ainda não está tudo definido mas está a ser feita/pensada pelo Professor David Justino, que é uma pessoa com provas dadas na área do ensino. Também esta Carta irá permitir rentabilizar meios a nível dos transportes públicos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu em seguida à leitura de um

documento entregue pelo eleito local Armando Alexandre, sobre o caso da estrada da Carraminheira, freguesia do Beco: *«Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do concelho de Ferreira do Zêzere. Assunto: Rua Joaquim Almeida – Carraminheira – Beco – 1.º O documento apresentado na Assembleia de 25/09/2015 não foi posto a votação a pedido do Sr. Presidente da Câmara que informou ir ao local na semana seguinte com o Dr. Montalvo, advogado da Câmara, e que me enviaria o documento do Dr. com o parecer sobre o assunto. 2.º Como não recebi o documento, em 03/10/2015 pedi o mesmo via mail, ao que o Sr. Presidente informou não possuir o mesmo, mas assim que o receber me será enviado. 3.º Como até à presente data nada me foi enviado apesar de o solicitar via mail em, 20/10/2015 e 11/11/2015. 4.º Quando o Sr. Presidente da Câmara diz que a Sr.ª já provou que o terreno é dela, isso não corresponde à realidade: a) aquele terreno é proveniente de uma herança de um familiar e foi legalizado através de uma escritura de usucapião, nessa escritura a confrontação, vulgo extrema, é indicada como sendo com os dois vizinhos quando na realidade é com a rua Joaquim Almeida, na qual a senhora já construiu um muro de suporte; b) É este o erro que dá origem ao conflito; c) os dois moradores que nada têm a ver com isto não podem estar privados do acesso às suas casas. 5.º Perante tudo isto entendo que deve ser formada uma comissão nesta Assembleia de apoio à Câmara Municipal para ajudar na resolução do problema. Ferreira do Zêzere, 04 de dezembro de 2015. – O Deputado Municipal Armando Alexandre.»* -----

O eleito local José Manuel Duarte, acerca deste assunto, referiu que percebe a boa intenção do proponente só que, no âmbito da Assembleia Municipal, estavam a querer criar uma comissão para ajuizar não factos, mas matérias legais, e isso, a comissão a criar não pode fazer. -----

O eleito local Armando Alexandre interveio dizendo que se trata de uma rua pública, que tem uma placa com nome e que está a vedar o acesso a duas moradias, porque a senhora, por capricho, fechou a rua e diz que a rua é sua. Isto por um erro que foi feito por maldade, ao dizer que a estrema é com os vizinhos quando, existe uma rua na qual fez um muro de suporte de terras. Se é uma rua pública a Câmara Municipal deve intervir. Na zona de Santarém aconteceu uma situação idêntica e foi a Câmara Municipal quem foi resolver.-----

O eleito local Eduardo Mendes, no uso da palavra, referiu que não quer, não pode e não deve pronunciar-se sobre quem tem ou não tem razão. Não são coisas que sejam da sua conta, nem como pessoa nem como autarca membro da Assembleia. Existem canais para isso e, se o processo andou em tribunal, com certeza que o Juiz não é burro e os interessados, de certeza, levaram para o processo as melhores provas e testemunhas que tinham. Em relação à comissão sugerida, perguntou o que é que a mesma ia fazer, caso fosse constituída.-----

O eleito local Bruno Gomes referiu que não estudou direito, mas o que lhe parece que pode ser feito é a constituição de uma comissão, ou indigitar o senhor Presidente para, democraticamente, tentar apaziguar toda aquela situação. Não discorda do que foi dito pelo eleito local Eduardo Mendes mas, parece-lhe que ao longo dos anos o estatuto de um Presidente da Câmara já resolveu muitas coisas a bem. Não sabe se será possível juntar todas as pessoas daquele processo e com a ajuda da Câmara resolver o problema, mas é uma possível solução. Está solidário com aquelas duas pessoas, quanto mais não seja, pela força e coragem que têm tido de combaterem toda aquela situação. Pediu ao município para, se poder ter uma atitude apaziguadora, que o faça. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação obtendo-se a

seguinte votação: três votos a favor, oito abstenções e onze votos contra. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

#### **1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

A senhora Leonor Monteiro, da Carraminheira, Freguesia do Beco, referiu que ia tentar explicar um pouco melhor o que é que se passou. Começou por dizer que a casa foi construída pela sua avó nos anos 30, e do lado da casa da senhora, não havia rigorosamente nada. Em 1970 a estrada foi arranjada pelo povo da Carraminheira. A senhora apareceu lá em 1985 e, utilizavam a estrada que, sendo de terra e de pedra foi-se degradando, mas sempre a utilizaram. Em 2008 herdou a casa e, em 2009 pediu a água, pensando que era um direito. Disseram-lhe que ia demorar, porque era ano de eleições e só iam lá no fim das eleições. Foram lá no fim de outubro para colocar a água, e a senhora estava a trabalhar, pelo que não fez objeção nenhuma. No dia seguinte é que mandou os funcionários embora dizendo que aquilo era dela e, o senhor Agostinho da Cruz disse: “vão-se embora que vocês já fizeram aqui muitos estragos”. A seguir a isso recebeu uma carta da Câmara, para dizer por onde é que queria passar. Não vai determinar a sua passagem pois alguém o tem que fazer. Depois disso foi à cadastral, onde lhe disseram que aquilo está tudo vedado por muros e a estrada está no meio. Tem dirigido muitas cartas à Câmara, para esta lhe dizer as provas que estão na Câmara, em como senhora prova que aquilo é dela. Nunca lhe deram resposta. Entretanto a senhora foi convocada para legalizar a sua casa junto da Câmara, e o documento que ela entregou diz que aquilo é um caminho. Tem fotografias, da altura em que mandou colocar a água, que mostram que era uma estrada que permitia ir a sua casa de carro. Neste momento nem a pé consegui ir lá. O que se passou no tribunal foi uma fantochada diabólica e as coisas correram muito

mal e o Juiz, neste momento, não está a exercer. A Cadastral diz que é uma estrada, os documentos que a senhora entregou na Câmara dizem que é uma estrada, pelo que não sabe porque é que não consegue entrar na sua casa e a continuam a mandá-la para tribunal. -----

O eleito local José Manuel Duarte perguntou à senhora se o caso foi julgado e se houve uma decisão do tribunal. -----

A senhora Leonor Monteiro respondeu que houve uma providência cautelar que não foi levada até ao fim, porque a advogada ficou com o dinheiro. -----

O eleito local José Manuel Duarte referiu que uma providência cautelar é apenas a suspensão de um ato pelo que, deveria ter havido outra ação posterior. Referiu que a senhora tinha que ir à ordem dos advogados apresentar uma queixa da advogada. Depois tem que contratar outro advogado, expor toda a situação e avançar com o processo, porque por muito injusto e aborrecido que isto possa parecer, não vão conseguir fazer nada de outra forma. -----

A senhora Leonor Monteiro referiu que já há três anos que fez queixa da advogada à ordem, mas que ainda não obteve resposta. Em seguida perguntou de quem é que ia fazer queixa em tribunal. Da senhora não é com certeza porque ela nunca lhe fez mal. O que aconteceu foi que pediu a água e a Câmara nunca lhe colocou a mesma. --

O eleito local José Manuel Duarte interveio novamente referindo que estavam a falar de uma questão de direito privado e tem que ser discutido do ponto de vista legal. Se existe ali alguma coisa que está menos correta, que o Tribunal não decidiu, ou decidiu mal, essa situação tem que ter reposta a respetiva legalidade, e é o Tribunal que tem que decidir. -----

A eleita local Isabel Mendes perguntou se o caminho é público ou não é público. ----

O Presidente da Câmara Municipal, relativamente a este assunto, começou por dizer

que lamentava que a comissão não tivesse sido aprovada. Informou que a Câmara Municipal já foi, duas vezes, ao local e teve que ir acompanhada pela GNR para tirar as coisas que a senhora coloca no caminho. Sobre este assunto é necessário saber se o caminho é público ou privado e não é a Câmara nem a Junta de Freguesia quem decide isso. É um Juiz em Tribunal. A senhora ganhou uma providência cautelar que, intentou contra a posse do terreno. É um caso com um longo historial. Foi ao local com o advogado da Câmara (Dr. Montalvo) que andou a ver, e falaram com algumas pessoas, sendo que até a própria população, tem ideias diferentes. O Dr. Montalvo tem uma estratégia. Já fez o que ele lhe pediu para fazer e, uma das coisas foi para não falar muito do que se estava a decidir, por isso não mandou a informação para o eleito local Armando Alexandre. O prazo está a decorrer e irão ver se, o que foi decidido, fazer dará luz verde para alguma coisa ou se o processo terá que passar para tribunal. Enquanto não jurista pensa que é em Tribunal que irão acabar. Não está a ver a D. Helena mudar de opinião. Já exerceu a influência que podia junto de algumas pessoas da sua família, para tentar convencê-la, e o que lhe disseram foi para estar quieto, pois só ia perder tempo. Agora tem que aguardar pelo resultado da posição que tomaram e esperar para ver o que diz o Dr. Montalvo. Pode acontecer este dizer que não se trata de um assunto da Câmara e aconselhar a estar quieto, e se for esse o seu conselho, é o que irá fazer. Está ali para defender os direitos de todos, mas dentro do quadro legal e dentro das suas competências. O tempo em que os Presidentes da Câmara resolviam tudo já passou. Hoje em dia estão muito condicionados pela boa vontade e pela boa-fé das pessoas. A comissão proposta não faz sentido porque, a Assembleia, apesar de não ser o órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, não pode imiscuir-se em questões de âmbito judicial. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**

**1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

Não houve intervenções.-----

**2.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, sita em Lameiras, freguesia de Igreja nova do Sobral, requerida por Carlos Freire Domingues, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

Não houve intervenções.-----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta para reconhecimento de interesse público municipal, na regularização da atividade industrial sita em Lameiras, freguesia de Igreja Nova do Sobral, requerida por Carlos Freire Domingos.-----

**3.- Apreciação e votação da proposta de alteração do regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança de Ferreira do Zêzere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho. -----**

O eleito local Bruno Gomes interveio dizendo que sabe que é por imperativo da Lei, mas pediu ao senhor Presidente da Câmara se podia dizer quais eram exatamente as alterações.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que as alterações são as que estão na Lei.-----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a alteração do regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança de

Ferreira do Zêzere. -----

**4.- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2016, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

Não houve intervenções.-----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com doze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e dez abstenções dos eleitos locais do PS aprovar o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho para o ano de 2016.-----

**5.- Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --**

O eleito local Bruno Gomes começou por dizer que ficava contente porque o associativismo, neste orçamento, desempenha um papel muito importante. As associações têm feito um excelente trabalho e são uma grande força no motor deste concelho. Continua a não perceber o município quando diz que tem um papel limitado e quando diz que promove o emprego através da dinamização e diversificação da atividade empresarial. Parece-lhe que poderia ser feito muito mais. É um orçamento a que poderiam chamar orçamento do alcatrão, porque de facto vai ser feito um grande investimento. Não querendo só criticar, saudou o Presidente da Câmara porque o vai fazer em 2016 e não vai guardar para o ano de eleições. Perguntou em seguida o que é que a Câmara Municipal tem para fazer na revisão do PDM porque viu atribuída uma verba de 58.000,00 €. A Agenda Local 21, um projeto antigo que no ano passado não teve verba tem previsto para 2016, 40.000,00 €. A situação das obras na Biblioteca, é um investimento com algum valor, pelo que quis saber se há algum projeto inerente a esse valor ou se é mesmo só o restauro do

edifício. Por fim referiu que mais uma vez não vão ter orçamento participativo. É pena porque foi aprovado em Assembleia.-----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, começou por dizer que é verdade que as Associações têm feito um bom trabalho mas também não é menos verdade que a Câmara tem proporcionado todas as condições. Na maior parte das Associações que prestam serviço efetivo para a comunidade, se calhar grande parte do orçamento vai dos cofres municipais. Os Ferreirenses apoiam o associativismo, porque o dinheiro é de todos. Em relação aos terrenos e a promover a fixação de empresas informou que há duas entidades que tinham adquirido lotes na Zona Industrial e estão a pedir para os vender porque não vão fazer o que estavam a pensar. Assim, o assunto, irá a reunião de Câmara para voltarem ao município, numa primeira fase. Depois serão vendidos à entidade que os quer comprar, porque o regulamento é muito penalizador se quem os comprou vender diretamente. Em relação ao alcatrão, será mais dinheiro do que o que está em orçamento, e é pena que o Bruno Gomes lamente que seja a política do alcatrão porque os Presidentes de Junta do PS não pensam o mesmo. Em seguida deu conhecimento do plano de intenções relativo às estradas que vão fazer, no concelho, no ano de 2016. Em condições normais terão dinheiro para fazer o previsto mas, poderão não conseguir avançar com tudo ao mesmo tempo por causa dos fundos disponíveis. Em 2017, ano de eleições, também haverá estradas, porque em 2016 não vai ter dinheiro para as fazer todas. O PDM esteve praticamente concluído para ir a inquérito público, eis senão quando, altera a Lei da REN, e tiveram que fazer nova REN. Felizmente, em junho 2017, os PDM's que estão em alteração têm que estar prontos e acredita que o de Ferreira do Zêzere estará antes. Chamou a atenção para o facto de o novo PDM não ser a panaceia para todas as coisas, porque todos os PDM's vão ser mais

restritivos a nível de construção. A Agenda Local 21 é um projeto que a Câmara acarinhou, mas esteve parado porque teve de se cortar em muito lado. Trata-se de uma ferramenta importante, mas que não é de vital importância pelo que ficou para trás em 2015. Pretendem ter a Agenda Local 21 pronta na mesma altura do PDM. Quanto à Biblioteca Municipal trata-se de conservação corrente e prevê a resolução de alguns problemas como infiltrações de água, reparação de tetos e da parte elétrica, entre outros. No que diz respeito ao orçamento participativo não deixou as pessoas participarem no orçamento, mas deixou o eleito local Bruno Gomes participar, pois remeteram o esboço do orçamento, mas o PS não levantou o ofício. Ver o eleito local Bruno Gomes defender um orçamento participativo quando o Partido Socialista não faz o trabalho de casa deixa-o muito mais descansado. -----

O eleito local Bruno Gomes referiu que de facto não levantaram o documento por mero contratempo de presença na sede. Quando chegaram aos correios disseram-lhe que já tinha voltado para trás. Foi à Câmara Municipal para se inteirar do que é que era o documento e, a resposta que teve foi que tinha sido destruído. Lembrou que é o 10.º ou 11.º orçamento que tem e, por vezes o trabalho que fazem acaba por esbarrar na vontade do PSD. Se não existe vontade em alterar simples taxas, em ter um orçamento participativo ou ter um mero conselho municipal de juventude, também lhe parece que não teriam abertura para discutir um orçamento como este, até porque, os valores seriam muito mais avultados e o PSD teria que apoiar políticas que não defende. Está sempre disponível para colaborar e para dar a sua posição, que é sempre a mesma. Lançou um desafio para que o próximo orçamento seja tratado a dois, pedindo que lhe fosse dito ali, naquele momento, que o orçamento de 2017, ano de eleições, seria feito e discutido conjuntamente entre PS e PSD. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, referiu que foi o PSD que ganhou

as eleições autárquicas de 2013, e como o principal trabalho do eleito local Bruno Gomes, segundo o que leu, é colocar o PSD na oposição, também não lhe quer roubar tempo, pelo que o próximo orçamento, participativo ou não participativo, seguirá os tramites legais. Esclareceu não ter dito que aprovava as propostas do PS. Disse que o PS tem que as apresentar porque, o que distingue os políticos, é a coragem de apresentar as coisas mesmo sabendo que vão ser chumbadas. A democracia também é isso, é marcar terreno, dar a cara e assumir o que se quer, porque andar sempre atrás da cortina a falar é muito fácil. -----

O eleito local Bruno Gomes respondeu, que se olharem para os dez anos de Assembleia Municipal que tem, podem verificar, através das atas, que já apresentou um conjunto de propostas e não se recorda de nenhuma que tenham apresentado. Ao longo dos 15 anos de política ativa que tem tido, tem dado a cara, tem marcado terreno e tem feito o seu trabalho para se apresentarem como alternativa. Parece-lhe que as palavras do Presidente da Câmara são excessivas perante tudo aquilo que ele e o Partido Socialista já fizeram. Deu em seguida uma palavra de apreço ao senhor José Marques, que com certeza ficará na história da freguesia de Águas Belas enquanto Presidente de Junta. Referiu que é sempre bom voltar a tê-lo na Assembleia Municipal, esperando que faça uma oposição aguerrida ao Presidente da Câmara, a quem respeita, acima de tudo.-----

O Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao eleito local Bruno Gomes, referiu que ele não precisa pedir aos seus membros para fazerem oposição, pois alguns deles vivem para isso. -----

O eleito local José Manuel Duarte foi de opinião que esta “guerra” pública entre o Presidente da Câmara e o Bruno Gomes é um bocado “estranha” na medida em que o Presidente da Câmara, no relatório da atividade municipal releva o Bruno Gomes a

um acordeonista de nível mundial. Congratula-se por isso afirmando que o Bruno Gomes é realmente um músico que os enche de orgulho. Viu uma reportagem da RTP sobre o festival da abóbora, e o que mais achou graça foi o repórter ter falado de Ferreira do Zêzere com muita naturalidade. Em seguida deixou uma nota dizendo que não conhece as Câmaras todas do país, mas a de Ferreira do Zêzere deve ser a única, onde o Presidente da Câmara está tão atento à realidade, ao trabalho, às dificuldades e aos problemas pois, apesar de estar na Câmara, sabe olhar para as freguesias e para as instituições e consegue dar, sem lhe terem pedido nada. É notável.

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com doze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e dez abstenções dos eleitos locais do PS Aprovar as Opções do plano e proposta de Orçamento para 2016.-----

**6.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----**

Tomaram conhecimento.-----

O eleito local Bruno Gomes desejou Boas Festas a todos os presentes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa da Assembleia, desejou também Boas Festas a todos.-----

O Presidente da Câmara Municipal desejou um Feliz Natal e um Bom Ano de 2016 para todos, desejando que, enquanto país, consigam evoluir. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-----

